

A TUA VOZ NO MUNICÍPIO
AUTÁRQUICAS 2017

**VILA FRANCA
DE XIRA**
PROGRAMA ELEITORAL



CONTEÚDOS

Transparência no Município	Pág. 3
Mobilidade e Acessibilidades	Pág. 4, 5
Saúde	Pág. 5, 6
Habitação	Pág. 6, 7
Educação, Cultura e Património	Pág. 7, 8, 9, 10
Desenvolvimento e Equidade Social	Pág. 10, 11
Economia e Inovação	Pág. 11, 12, 13
Proteção, Saúde e Bem-Estar Animal	Pág. 13, 14
Sustentabilidade e Planeamento Ambiental	Pág. 15, 16, 17

PROGRAMA ELEITORAL DO PAN – PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

O PAN apresenta-se pela primeira vez às eleições autárquicas no concelho de Vila Franca de Xira. Esta candidatura assenta na apresentação de propostas pela positiva, sem ser contra ninguém mas a favor de todos os que partilham connosco o dia-a-dia no nosso município, na defesa das Pessoas, dos Animais e da Natureza.

Quatro anos após a eleição dos primeiros representantes autárquicos em 2013, e dois anos decorridos da presença do PAN na Assembleia da República, o nosso objectivo é dialogar localmente com todos na defesa das nossas causas. Para isso **queremos levar a voz de todos os que hoje não se sentem representados**, não por indiferença ou desinteresse na vida pública, mas que não têm encontrado localmente respostas concretas para as suas causas e preocupações. A elevadíssima abstenção em VFX nas últimas eleições autárquicas (55,77%) e a grande percentagem de votos brancos/nulos (9% dos votantes), diminui a representatividade local, deixando de fora a opinião de mais de metade dos eleitores. Um debate político baseado em ideias e medidas concretas, virado para o presente, para o que podemos fazer já hoje para a mitigação de problemas futuros, foi o que nos moveu a apresentar as propostas deste programa.

O futuro faz-se a cada dia, cada hora, cada minuto. Uma escolha hoje tem consequências nas próximas gerações. O poder autárquico deve ser a voz dos cidadãos nas suas comunidades, nos seus bairros, nas suas cidades, vilas e aldeias. A gestão autárquica faz-se com respeito por todas as sensibilidades e opiniões, ouvindo as pessoas, discutindo publicamente as matérias, em completa transparência para uma participação cívica mais abrangente.

O PAN apresenta-se com listas próprias à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de VFX, incluindo filiados, companheiros de causa e uma grande maioria de independentes. Esta candidatura inclui gentes de norte a sul do concelho, homens e mulheres, jovens e seniores, todos unidos na vontade de uma nova forma de fazer política local – pelo diálogo e debate público de ideias pela positiva.

Optámos por não apresentar candidaturas próprias às Assembleias de Freguesia, uma vez que os eixos políticos que abordamos são maioritariamente competências municipais. Às competências atuais juntar-se-ão em breve mais competências descentralizadas pelo poder central – na educação, na cultura, no ambiente. Estamos preparados e trabalharemos proactivamente com todos pelas melhores soluções para VFX. Ainda assim, muitas das nossas propostas só serão exequíveis em parceria, diálogo e trabalho quer com as freguesias, quer com as associações, colectividades, escolas e, sobretudo, pessoas do nosso concelho.

Contamos com todos os que querem um concelho melhor para PESSOAS, ANIMAIS e NATUREZA

Vila Franca de Xira, Setembro de 2017

TRANSPARÊNCIA NO MUNICÍPIO

O PAN defende que a transparência melhora a confiança, fomenta a participação cívica e aumenta o sentimento de pertença a uma comunidade. O funcionamento dos órgãos do município tem de ser mais transparente, de modo a facilitar uma democracia mais participativa.

A implementação das propostas que apresentamos têm ainda como objectivo, para além do acima referido, melhorar a imagem e a percepção pública do concelho junto de quem cá quer viver ou investir, visitar ou trabalhar, pois o município de VFX perdeu 65 posições, entre 2015 e 2016, no ITM índice de transparência municipal, promovido anualmente pelo TIAC – Associação Cívica Transparência e Integridade.
<https://transparencia.pt/projetos/indice-de-transparencia-municipal/>

PROPOSTAS

- Disponibilizar no site da CMVFX **toda a informação institucional relevante**. Para além da calendarização das reuniões, as mesmas devem ser publicitadas em mais locais na via pública e também nas redes sociais. Todos os documentos que irão ser submetidos a deliberação aos órgãos municipais, e respetivas votações, atas das reuniões e pareceres técnicos referentes às propostas, devem estar publicados e anunciados em tempo útil - reuniões públicas da CM, ordinárias ou extraordinárias, e Assembleias Municipais, ordinárias e extraordinárias
- Promover a inscrição online da população para participação e intervenção nas reuniões públicas. As reuniões também devem ser emitidas em direto através dos meios tecnológicos atualmente disponíveis, e as gravações ficarem disponíveis no site
- Anexar às atas das reuniões que são disponibilizadas online, toda a informação e documentação nelas referidas, para que os cidadãos tenham os dados necessários a formar uma opinião sobre as decisões tomadas em nome de todos
- Publicar todos os protocolos, parcerias institucionais, apoios logísticos, promocionais e subvenções públicas, quantificados e qualificados, num ambiente amigável do utilizador e fácil de pesquisar
- Publicitar as listas de subvenções e benefícios públicos, que as autarquias e serviços municipalizados, entre outros, devem publicar nos prazos previstos na lei, mantendo-as em arquivo no site da CMVFX (que não tem divulgadas as listas de 2013 e 2015, dando cumprimento à Lei nº 64/2013 de 27 de agosto)
- Promover uma gestão municipal assente em mais discussões públicas pelas freguesias, pelos bairros e pelas ruas, para que os munícipes possam obter informação e dar contributos sobre as necessidades e os investimentos municipais previstos, por uma política de prevenção, resolvendo problemas na sua raiz, em vez da sua mitigação
- Facilitar a consulta, através de um link direto a partir da página do município, de todos os contratos municipais (e dos SMAS) publicados no portal Base, agilizando as consultas numa boa prática de transparência de gestão. Os mesmos devem ser publicados imediatamente após a assinatura dos contratos e antes do início de obras, se for o caso
- Estimular o conceito de transparência de gestão através de todos os departamentos da autarquia, com especial relevância no Orçamento Participativo municipal (no OP atual os munícipes são chamados a votar em projetos que passaram à última fase sem discussão pública prévia, que é afinal a raiz da construção de um orçamento participativo)
- Rever e atualizar o regulamento do OP, nomeadamente para abrir a votação a todos os que se interessam pela vida do concelho, que estudem e trabalhem cá, apesar de residentes noutros municípios, por forma a enriquecer e diversificar o processo com todos os contributos válidos
- Criar um orçamento participativo jovem, ligado às escolas do concelho, com verbas próprias, promovendo a participação e a cidadania desde a mais tenra idade e como forma de conhecer os desejos da população mais jovem

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADES

A mobilidade universal dos cidadãos em meio urbano é um direito e um fator de combate às desigualdades. Para ser sustentável, este combate deve proporcionar níveis adequados de mobilidade no presente, sem comprometer as condições de mobilidade das futuras gerações.

O PAN defende um modelo de mobilidade no qual o automóvel é afastado do centro das cidades, privilegiando a utilização do transporte público, os meios de mobilidade suave, a partilha de veículos e a utilização de energias renováveis, libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio. **A mobilidade deve ser pensada em conjunto com adaptação e mitigação às alterações climáticas.** A autarquia deve concentrar esforços no sentido de manter as cidades compactas. As novas urbanizações devem ser pensadas tendo por base a integração no meio existente, evitando ilhas isoladas, de onde seja difícil entrar e sair a pé, de bicicleta ou transporte público. No meio urbano deve ser dada prioridade à redução da velocidade do tráfego e as ruas devem ser concebidas pensando prioritariamente nas pessoas e não nos veículos particulares.

Para a implementação de todas as propostas, devem ser consultadas entidades especialistas nas matérias para validação das soluções.

PROPOSTAS

transportes públicos

- Intervir junto dos operadores de transporte público locais e autarquias vizinhas, para estruturar a rede de transportes públicos a nível supra municipal e adaptar os circuitos existentes à procura, horários e preços, também numa perspectiva de inclusão social
- Promover junto dos operadores a criação de passes familiares e/ou para famílias numerosas
- Solicitar o alargamento das frotas e das rotas acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, portadoras de deficiência e acompanhadas de carrinhos de bebé, junto das empresas prestadoras do serviço de transporte rodoviário colectivo
- Promover junto da Área Metropolitana de Lisboa a alteração das regras dos transportes públicos, passando a permitir o transporte de animais de companhia de médio e grande porte, com os habituais meios de contenção legalmente previstos para a sua circulação na via e demais lugares públicos: transportadora, trela e/ou açaima

veículos em meio urbano

- Retirar mais automóveis dos centros históricos das cidades do concelho, procurando soluções com os moradores, comerciantes e agentes económicos locais
- Reduzir a velocidade em mais áreas urbanas para 30km/h (Áreas de Coexistência)
- Promover campanhas de tolerância zero a estacionamento irregulares, sobretudo os que coloquem em causa a utilização segura de passeios, zonas pedonais e/ou cicláveis
- Regular mais horários e locais de cargas e descargas, aumentando lugares onde necessário, libertando passeios, calçadas e pracetas abusivamente utilizados por falta de alternativas
- Favorecer a circulação de viaturas elétricas, criando desde já o posto de carregamento elétrico público previsto para Alverca, e planeando uma rede de postos alargada a curto prazo, às restantes cidades do concelho
- Incentivar a partilha de viaturas entre particulares, recorrendo a parcerias com associações e escolas, a autarquia chamando a si a coordenação, o planeamento, implementação e gestão de sistemas de transportes partilhados

mobilidade suave e ciclovias

- Integrar a rede de ciclovias já construída, e a planeada, na restante rede de meios de transportes, criando um plano intermodal, que integre transportes públicos, bicicletas, automóveis e estacionamentos
- Aumentar as ciclovias (existentes e a projetar), integrando-as numa rede alargada na área metropolitana de Lisboa, coordenando as ciclovias com todos os municípios vizinhos, permitindo a existência de percursos de maior distância, de modo a assegurar percursos intermunicipais e regionais, com a devida sinalização. Não só na perspectiva de lazer, mas sobretudo numa perspectiva de utilização diária, promovendo também um melhor ambiente urbano
- Incentivar quando possível a circulação partilhada, de forma segura, entre todos os veículos nas vias já existentes, privilegiando em primeiro lugar a redução da quantidade de tráfego e a redução da velocidade de circulação
- Criar a curto prazo mais lugares de estacionamento de bicicletas, perto de terminais de transporte, em todos os jardins públicos, áreas de lazer e de desporto, à entrada de todos os estabelecimentos de ensino públicos e privados, com número de lugares dependente da dimensão do equipamento em causa
- Promover percursos pedonais inclusivos e para todos. Fazer um levantamento das situações de falta de ligação pedonal entre áreas ou zonas das cidades e vilas, intervindo prioritariamente nesses locais
- Garantir a continuidade dos passeios, eliminando os “vazios” nos percursos pedonais, com especial incidência nas ligações entre urbanizações, e junto das grandes infraestruturas (zonas comerciais, troços de estrada nacional/municipal que ligam localidades, etc)
- Continuar a eliminar barreiras arquitectónicas e fiscalizar todos os intervenientes que ocupem a via pública, com ações de sensibilização para a correta colocação de publicidade comercial e institucional, mobiliário, expositores, etc por forma a não reduzir a largura útil de passeios
- Colocar pavimentos lisos e antiderrapantes nos passeios. Esta medida deve ser adoptada desde já a novas urbanizações e a todas as requalificações de espaço público. Se necessário, em zonas históricas e a largura o permitir, reservar corredores de piso 'amigo' do peão em coexistência com calçada de interesse histórico
- Manter e reparar os bebedouros existentes e instalar mais, acessíveis também a utilizadores de cadeiras de rodas, para melhor fruição do espaço público por todos
- Instalar mais wc públicos que sirvam as necessidades da população em trajetos pedonais longos, e também a quem trabalha na rua durante várias horas
- Promover e divulgar a importância de seguir boas práticas na área das acessibilidades, para os cidadãos residentes, e também para quem nos visita (mais informação em <http://icvm.pt/>)

SAÚDE

O município, em articulação com o Ministério da Saúde, **deve diligenciar para que toda a população seja abrangida por médicos de família***. Deve ainda promover o alargamento de serviços de saúde no âmbito da saúde oral, incluindo médicos dentistas nos centros de saúde; da saúde mental, garantindo as especialidades de psiquiatria e psicologia nos centros de saúde.

Devido à sua localização, a autarquia deve arranjar soluções de **estacionamento não taxado que sirvam o hospital de VFX**, bem como intervir junto dos operadores de transporte para que os veículos utilizados de e para o hospital garantam sempre a **possibilidade de transporte de cadeiras de rodas**. A autarquia deve diligenciar no sentido de promover alternativas próprias, ou ajudas no transporte público, que facilitem as deslocações de camadas de população mais desfavorecidas, devido ao preço praticado no trajeto, impossível de fazer a pé para pessoas idosas, doentes ou de mobilidade reduzida.

(*) Segundo dados divulgados nos últimos anos, no concelho de VFX 65.000 utentes não têm médico de família (população concelho VFX, censos 2011: 136.886)

PROPOSTAS

cantinas e refeitórios

- Garantir que os menus disponibilizados nas **cantinas e refeitórios da autarquia, nomeadamente as das escolas**, independentemente da dieta alimentar, são equilibrados nutricionalmente. Propomos a criação da figura do 'Nutricionista Escolar' que fará a articulação entre os serviços da autarquia, os nutricionistas ou responsáveis pela elaboração das ementas nas escolas, agrupamentos escolares, associações que sirvam refeições escolares ou em cantinas sociais, bem como das cantinas da autarquia. A comunidade escolar, professores, funcionários, APEEs devem ser ouvidos e ter um contacto direto a quem colocar rapidamente questões, dúvidas ou sugestões
- Introduzir nas cantinas do município gradualmente alimentos de origem biológica e de produção local, se possível em articulação com associações de produtores da região e também com os utilizadores das **hortas urbanas municipais** existentes que queiram escoar os seus produtos, desde que a sua produção cumpra as normas de produção biológica. Esta proposta garante ainda menores impactos ambientais no transporte de alimentos, pela proximidade

espaço público

- Instalar **medidores de ultravioleta** nas zonas ribeirinhas, grandes jardins, parques urbanos, campos desportivos/polidesportivos municipais, promovendo uma maior consciencialização das populações para os perigos de uma exposição em períodos com elevados níveis de radiação ultravioleta. Esta campanha deverá envolver a comunidade escolar, os clubes e associações desportivas, entre outros.
- Aumentar a rede de **monitorização da qualidade do ar**, estendendo-a às zonas rurais e a mais pontos das cidades e vilas, para uma avaliação mais extensa da situação ambiental atual
- Promover, divulgar e acompanhar o cumprimento do previsto no **plano de ação de ruído**, devendo a autarquia disponibilizar na internet os dados recolhidos para um eficaz acompanhamento pela população

HABITAÇÃO

Para 2050, prevê-se que a população em meio urbano, de grandes cidades a vilas, seja o dobro da atual. Imaginemos o dobro da população nas cidades: poderemos ter problemas relacionados com habitação, infraestruturas, alimentação, segurança, saúde, emprego, entre outros.

A Estratégica Nacional para a Habitação assenta em 3 pilares: **reabilitação urbana, arrendamento habitacional e qualificação de alojamentos**. Acreditamos que é possível dar uma vida digna a todos que habitam o Planeta. As cidades produtivas do futuro serão aquelas em que não existam territórios vulneráveis, mas bairros integrados no tecido das cidades, deixando de ser ilhas. É o que propomos para o município de Vila Franca Xira.

PROPOSTAS

- Mudar o paradigma de “habitação social” para “habitação condigna para todos”, através de um levantamento atualizado do parque habitacional existente de “bairros sociais / municipais / PER”, do seu estado de conservação e ocupação, levantamento e análise da procura de habitação no município e do tipo de agregados e rendimentos dos mesmos
- Afectar mais recursos para reabilitar o parque habitacional devoluto pertencente à autarquia
- Melhorar o parque habitacional existente através de mais programas de reabilitação dos edifícios, com melhor divulgação pelas freguesias, envolvendo os residentes
- Criar novas habitações reconvertendo áreas degradadas e criando novas centralidades nesses locais, através da miscigenação de usos, evitando aumentar os perímetros das cidades e vilas
- Garantir e agilizar a mobilidade dos agregados dentro do parque habitacional municipal mediante a sua alteração de configuração ou outras necessidades (saúde, problemas de mobilidade, etc)

- Em estreita colaboração com a Administração Central, afetar mais verbas a programas como o subsídio de renda, de modo a fixar população jovem no concelho, independentemente na sua condição económica

EDUCAÇÃO, CULTURA E PATRIMÓNIO

A autarquia deve garantir, em articulação com o Ministério da Educação, percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e para a programas de redução e prevenção do abandono escolar precoce. **Promover a igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade pedagógica, de alimentação, de atividades extra-curriculares e de instalações, independentemente da localização geográfica no concelho e do ambiente sócio-cultural.**

A atividade **cultural municipal deve ser mais descentralizada por todas as freguesias**, num esforço de envolver todas as comunidades locais, as suas características, culturas e história. Alguns eventos e exposições anuais ou bi-anuais devem ter lugar noutros equipamentos públicos, rotativamente, aproveitando por exemplo as **Quintas e Palácios Municipais**, dinamizando essas localidades e dando a conhecer ao público de outros concelhos e de todo o país a diversidade cultural e histórica do concelho de VFX. Exemplos: Cartoon Xira, bienal de fotografia, galas de entrega de mérito desportivo, etc

O património natural e edificado deve ser mantido, reparado, requalificado e promovido junto de todos os públicos. Para além das referidas Quintas, que devem estar ao serviço da cultura e do lazer, os parques urbanos e jardins devem ser estruturados de acordo com o que são as atuais necessidades de lazer e desporto das populações, para **convívio inter-geracional e com os animais de companhia**. Os esforços devem centrar-se em melhorar os que temos, para uma fruição completa e de proximidade, em segurança e condições de salubridade, em vez de multiplicar pequenos projetos dispersos que acabam por não ir ao encontro das necessidades concretas de cada local.

PROPOSTAS

rede escolar

- Promover horas anuais pedagógicas, desde a pré-primária, para ações cívicas, ambientais e de ação das escolas do seu território, (exemplo: visita a lares, campanhas de reflorestação, plantação de árvores em meio urbano, ações de limpeza, campanhas de recolha de bens alimentares para associações de proteção animal, etc.), **promovendo assim a cidadania jovem mais ativa** no Concelho
- Organizar ateliers de tempos livres para crianças e jovens durante as férias escolares, **associando programas de lazer a ações de solidariedade**, ligadas ao voluntariado em áreas de proteção da natureza, dos animais e apoio a idosos. As Quintas Municipais também devem ser dinamizadas neste âmbito com a eventual reativação dos tanques aquáticos existentes, com atividades lúdicas supervisionadas
- Definir um Programa Municipal de Educação Ambiental e desenvolvimento Sustentável, que preveja, entre outras ações a introdução de uma **disciplina de Literacia Ambiental nas escolas** (eventual AEC), desde o ensino pré-escolar, com o objetivo de alterar comportamentos de consumo que levarão inevitavelmente a uma redução do dispêndio de recursos naturais e o objetivo de salvaguardar o património natural, respeitando as características naturais dos ecossistemas
- Apoiar a criação de atividades lúdico-pedagógicas nas temáticas da Cidadania, dos Ecossistemas, do Desenvolvimento Sustentável, da Alimentação, da Mobilidade Sustentável, Energia, da Natureza, dos Animais, da Biodiversidade, destinadas a escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, e também das famílias
- Realizar ações de educação e sensibilização que fomentem o conhecimento das espécies existentes, a preservação dos habitats e a relevância para o equilíbrio dos ecossistemas. Estas ações devem ter como públicos alvo tanto a comunidade escolar, como a população em geral

- Dotar todas as escolas públicas do concelho de coberturas nas áreas de lazer, apeladas de recreios, para que os alunos possam não só ter uma proteção efetiva em períodos chuvosos como solarengos. Estas condições devem ser adaptadas à realidade de cada escola e condicionadas a um plano de prioridades
- Divulgar e publicitar desde já, a toda a comunidade e por todos os meios disponíveis pela câmara municipal, o relatório preliminar da Carta Educativa do concelho, proporcionando uma discussão pública o mais abrangente possível da Carta Escolar (<https://www.cm-vfxira.pt/pages/176>)
- Retirar todas as referências à tauromaquia dos documentos municipais relativos a Educação ou que sejam dirigidos a crianças. Recordamos que o **Comité dos Direitos das Crianças das Nações Unidas** incluiu a violência da tauromaquia no relatório dirigido a Portugal em 5 de fevereiro de 2014, com as seguintes advertências:

“O Comité, com vista à eventual proibição da participação de crianças na tauromaquia, insta o Estado Parte [Portugal] a adotar as medidas legislativas e administrativas necessárias com o objetivo de proteger todas as crianças que participam em treinos e atuações de tauromaquia, assim como na qualidade de espectadores”. “O Comité, insta também o Estado Parte [Portugal], para que adote medidas de sensibilização sobre a violência física e mental, associada à tauromaquia e o seu impacto nas crianças”.
- A CMVFX deve sair da Associação Tauromáquica Escola de Toureio, **canalizando os 60.000,00€** por ano com que a subvenciona (e que se destinam a ensinar cerca de 12 crianças a tourear e matar touros, sendo que esta última atividade é proibida em Portugal) para um **evento anual destinado a crianças do 1º ciclo do ensino básico**, por exemplo direcionado para as questões ambientais, de sustentabilidade ou de bem-estar animal

parques de recreio e de lazer ou parques infantis

- Criar parques infantis e juvenis que permitam atividade lúdica, estimulando o movimento e a interação entre as crianças e jovens, e também **entre gerações**. Propomos a criação de melhores equipamentos lúdicos destinados a crianças e jovens, em áreas consolidadas, aproveitando espaços de Quintas Municipais, nos jardins e parques urbanos; devem ser inclusivos, permitindo a utilização por **crianças portadoras de deficiência e/ou diversidade funcional**, devendo também ser adaptados os parques existentes
- Implementar planos de **higienização periódica** nos parques e campos desportivos com areia ou areão e manter as análises bacteriológicas dos espaços disponíveis ao público
- Disponibilizar as fichas técnicas dos equipamentos para crianças e os **planos de manutenção** no site da CMVFX (mesmo dos parques de manutenção delegada na Freguesia e/ou terceiros)
- Instalar **coberturas em alguns parques**, pois tanto a chuva como o excesso de incidência solar impedem a sua utilização, devendo acautelar tanto a proteção da chuva como proteção UV
- Avaliar os resultados da descentralização de competências na manutenção destes espaços, conjuntamente com as Juntas de Freguesia, reajustar se necessário às necessidades atuais, envolvendo a comunidade de cada urbanização ou bairro. **Ajustar equipamentos às várias faixas etárias** e, sempre que possível, colocar equipamentos lúdicos para adultos e crianças no mesmo parque ou jardim para convívio entre gerações e melhores condições de segurança

equipamentos municipais

- **Dinamizar as três Quintas Municipais** como pólos culturais e de lazer de excelência, durante todo o ano, aumentando o horário de abertura para melhor fruição também em horário pós-laboral
- **Reparar o património** edificado das quintas (lagos, escadas, colunas, imagens religiosas), antes que fique irrecuperável

- Diligenciar para **uma resolução, com a população local**, e uma solução que permita reabilitar ou reconverter o teatro Salvador Marques em Alhandra, utilizando fundos comunitários para a área cultural ou incluída na reconversão ambiental da frente ribeirinha
- Colocar ao serviço da população **património municipal encerrado**, adaptando e modernizando-o, por exemplo, o auditório/sala de cinema em Alverca
- **Rentabilizar o pavilhão multiusos** (antigo Cevadeiro) em VFX, com mais eventos e exposições e espetáculos municipais. O pavilhão é recente, construído com fundos europeus, pelo que a câmara deve dar prioridade a utilizar o seu próprio espaço, que tem boas condições de segurança e de estacionamento, usando-o por exemplo para a Passarelle d'Ouro, a entrega dos prémios de mérito aos estudantes e desportistas do concelho, etc
- Colocar a piscina da Calhandriz ao serviço das **escolas e associações**, em vez de estar fechada, pelo menos para atividades de tempos livres e ateliers durante as férias escolares
- Olhar para as árvores em meio urbano e rural como património natural, respeitando-as e cuidando-as. Fazer um **levantamento de todas as árvores existentes em meio urbano**, por espécie e idade. Sempre que haja necessidade de tratamento ou abate por questões fito-sanitárias, publicar a ficha técnica no site com as razões, e afixar no local para a população ter conhecimento
- Cumprir o estabelecido em regulamento municipal, como por exemplo, para a presença de um técnico responsável sempre que haja necessidade de transplantar uma árvore
- Melhorar a **fiscalização de obras públicas** e intervenções no subsolo por entidades externas, assegurando que são cumpridos os regulamentos municipais, não deteriorando património municipal durante as mesmas (passeios, asfalto e calçadas danificadas durante as mesmas, por exemplo)

eventos, festas municipais e atividade cultural

- **Afectar as atuais verbas anuais** de eventos/festas e exposições, que visam fomentar o turismo e o desenvolvimento económico do município, **a todas as freguesias**, descentralizando as atividades de lazer e entretenimento (ex: promover a bienal de fotografia por todo o concelho, fazer a CartoonXira rotativamente em equipamentos municipais diferentes, nas Quintas ou no pavilhão do Cevadeiro)
- Melhorar a promoção das atividades do dia da criança, dos ciclos de teatro e cinema, dando-lhes o mesmo destaque na imprensa regional e outdoors que as festas tradicionais, para captar mais públicos
- Organizar anualmente, durante o Verão, uma grande exposição no Celeiro da Patriarcal a figuras ou temas que se **destacaram na história do concelho** (ex: desportistas, médicos, escritores, figuras ligadas à aeronáutica, sobre as comunidades avieiras, etc)
- Nos eventos e festas anuais devem apenas ser apoiadas, pagas ou subvencionadas com dinheiro público atividades de lazer e cultura que não coloquem em causa o bem-estar de pessoas e animais. Em prol da prossecução de uma **cultura de não violência** sobre pessoas e animais, o **orçamento municipal não deve ser utilizado para subvencionar associações, empresas ou artistas tauromáquicos, nem tão pouco para alugar animais** para espetáculos ou qualquer tipo de entretenimento

movimento associativo

- Estreitar a **colaboração com as associações** que prossigam objectivos que vão ao encontro das estratégias municipais nos vários âmbitos: cultura, desporto, desenvolvimento social, ambiental, bem-estar animal, ou outras
- Trabalhar com as associações numa perspectiva de **parceria para prossecução de objectivos** comuns, que devem promover o desenvolvimento e a coesão social do concelho e, sempre que possível, evitar redundâncias, mantendo níveis de liberdade criativa e de gestão
- **Definir programas** (ou atualizar os existentes) por forma a manter sempre a liberdade criativa no

caso dos agentes culturais do concelho, através de uma estabilidade temporal nos apoios, numa união de parceria, num equilíbrio qualitativo-quantitativos realista e mensurável

DESENVOLVIMENTO E EQUIDADE SOCIAL

A equidade deriva do conceito de justiça social. Representa a crença que há algumas coisas que todos devem ter, que há necessidades básicas que devem ser satisfeitas, que os sacrifícios e recompensas não devem divergir demasiado numa comunidade, e que a política deve ser direcionada com imparcialidade, equilíbrio e justiça para tais fins.

A equidade significa que deve haver um nível mínimo de rendimento e de qualidade de vida; todos devem ter acesso igual aos recursos e oportunidades da comunidade. É geralmente consensual que equidade implica a necessidade de equilíbrio (justiça, o que é diferente de igualdade) na distribuição de ganhos e perdas, e que cada um tenha direito a uma qualidade e padrão de vida aceitáveis.

PROPOSTAS

promoção da igualdade

- Incentivar a promoção da igualdade de género em empresas privadas e institutos, criando prémios, distinções ou “selos” de boas práticas, operacionalizando e dando visibilidade ao PMI 2015-2020
- Dotar as bibliotecas escolares e municipais de oferta mais diversificada e inclusiva no que toca temas relacionados com sexualidade, género, orientação sexual, identidade e expressão de género, diversidade funcional, multiculturalidade, interdependência, diversidade de modelos familiares, saúde reprodutiva, saúde mental, proteção animal e ambiental, entre outros – ajustadas às faixas etárias
- Promover ações de formação obrigatórias na área da igualdade e não discriminação, nas suas várias vertentes, para profissionais dos quadros autárquicos e outros cuja função seja de elevado interesse para o município, de forma a melhorar os serviços de atendimento e as respostas municipais às necessidades e especificidades de todos, combatendo assim o estigma e o preconceito dentro das próprias equipas de trabalho.

acessibilidade para a inclusão

- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o **cumprimento das condições de acessibilidade** a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e edifícios públicos e habitacionais (Decreto-Lei n.º 163/2006)
- Elaborar um **levantamento das situações de incumprimento dos prazos para adaptação** de instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos de utilização pública e via pública, da administração pública central, regional e local, promovendo a correção das situações que sejam identificadas
- **Criar um subsídio municipal de apoio a proprietários e moradores para a adaptação dos edifícios e habitações existentes tornando-os acessíveis**, nomeadamente através da introdução de elevadores, rampas amovíveis e outros equipamentos, procurando minimizar o isolamento das pessoas com deficiência e/ou mobilidade condicionada. Este subsídio deve ser acompanhado de aconselhamento técnico e de análise dos pedidos de subsídio e dos respetivos projetos ou instalações. Deve ser um processo aligeirado, com pouca burocracias e com linguagem acessível
- Combater a **ocupação abusiva de lugares reservados** para população com mobilidade condicionada, através de uma maior fiscalização, acompanhada de campanhas de sensibilização

pessoas idosas

Apesar do Decreto-Lei 101/2006, de 6 de junho, ter criado a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, existe um claro défice nesta área. Tal modelo tem de situar-se como um novo nível intermédio de cuidados de saúde e de apoio social, entre os de base comunitária e os de internamento hospitalar. O PAN

defende a permanência da pessoa idosa, mesmo que dependente, na sua habitação.

- Assumir um **papel mais dinamizador e forte na Rede de Cuidados Continuados Integrados**, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, associações locais, e administração central, nomeadamente a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde, aproveitando estruturas já existentes como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou edifícios desativados
- Dinamizar e apoiar a proprietária do **antigo hospital de VFX, através duma equipa multidisciplinar, a possibilidade de recolocar o equipamento ao serviço da comunidade**, nomeadamente no apoio aos idosos dependentes, seguindo o que se entende pela legislação em vigor por “cuidados continuados integrados”, que visam melhor a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social
- Elaborar e promover **campanhas de sensibilização referentes ao envelhecimento** e à corresponsabilidade da comunidade no apoio e cuidados a dependentes, promovendo o voluntariado nesta área, através da rede escolar municipal com a colaboração da Universidade Sénior de VFX
- **Alargar a abrangência da Universidade Sénior** e promover atividades e encontros conjuntos com jardins de infância e escolas básicas, para partilha de experiências e aprendizagens
- Criar um **serviço de apoio a pessoas idosas**, para serem efetuadas de forma gratuita pequenas reparações domésticas, em parceria com associações e/ou juntas de freguesia que ainda não tenham este serviço

ECONOMIA E INOVAÇÃO

A nível municipal e plurimunicipal podemos beneficiar de uma **economia solidária, circular, local, sustentável**. É um dado adquirido que o modelo «extrair-fabricar-descartar» não é mais exequível, dado o caráter finito de muitos recursos naturais, pelo que é premente tomar medidas que prolonguem a vida dos produtos e materiais.

O Pacote da Economia Circular adotado pela União Europeia tem por objetivo estimular a transição da Europa para uma **economia circular**, ajudando as empresas e os consumidores nessa transição para uma economia que utiliza de forma mais sustentável os recursos. Esta transição será apoiada pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, onde se inclui 5,5 mil milhões de euros de fundos estruturais para a gestão dos resíduos e ainda por 650 milhões de euros no âmbito do Programa Horizonte 2020 (programa da UE de financiamento para investigação e inovação).

Para **reduzir a utilização de recursos e reduzir a produção de resíduos**, deve-se procurar mantê-los para serem reutilizados e voltar a gerar valor mesmo quando os produtos já não são úteis a quem os possui. É essencial que se estimule a reutilização de bens e objetos, ou a sua reparação, procurando mantê-los para serem reutilizados e voltarem a gerar valor mesmo quando os produtos já não são úteis a quem os possui.

PROPOSTAS

mercados municipais

- Revitalizar os mercados municipais de cada freguesia para atrair novos públicos, aproveitando espaços específicos para distribuir e consumir produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos, promovendo a produção e a economia locais, diminuindo ao mesmo tempo a pegada ecológica

start-ups, ninhos de empresas, redes wireless em espaço público

- Disponibilizar espaços municipais desativados para apoio a ideias de negócio/trabalho em desenvolvimento, onde também os profissionais independentes que trabalham a partir de casa possam partilhar ideias, conhecerem-se e conviver com outros profissionais (informáticos, criativos, profissionais de marketing, etc)
- Multiplicar redes wireless nos jardins municipais, parques urbanos, praças e ruas de grande

movimento pedonal e comercial

- Desenvolver um espaço municipal tipo laboratório de fabricação, onde estudantes, artesãos, criativos, inventores e população em geral possam desenvolver e colocar em prática as suas ideias e os seus protótipos, com o apoio de uma rede de voluntários, estudantes ou reformados das várias indústrias locais. Contribui para a inovação, a coesão social e para a partilha de experiências e conhecimentos entre gerações. Exemplos: <http://www.fablabsportugal.pt/>

redução de resíduos

- Impulsionar uma rede municipal de lojas com o conceito de loja de “empréstimos”, não baseada na falta de poder económico mas na consciencialização de que os recursos são finitos e que é necessário reutilizar. Poderão alugar-se objetos dos mais diferentes géneros, coisas que não estamos sempre a utilizar mas que ocupam espaço em casa, podendo ser partilhados dada a pouca frequência de utilização ou o tempo que cada um de nós utiliza aquele objeto (exemplo: livro). Sugere-se parcerias com Associações Locais e Juntas de Freguesia que queiram aderir à rede em vez de atuar de forma isolada
- Incentivar a criação de oficinas de arranjos, através de parcerias locais, estimulando a criação de postos de emprego e a reutilização dos produtos
- Disponibilizar para efeitos do acima proposto espaços municipais com rendas acessíveis ou até gratuitas por um espaço de tempo a determinar aquando da apresentação do projeto
- Incentivar a recolha de resíduos orgânicos, em ambiente rural e urbano, aumentando consideravelmente os pontos de recolha. Os restos provenientes de podas, arranjos de jardins privados, cortes de relva, transplante de vasos, troca de terra, etc podem e devem ser aproveitados, através de compostagem, para utilização na manutenção de espaços verdes e jardins públicos. Por forma a evitar desperdícios e contaminação com RSU; esses contentores podem ter acesso restrito através de chaves entregues aos utilizadores registados

economia social

- Implementar políticas do Bem Comum, nomeadamente através da criação de **programas de incentivo ao empreendedorismo social**, estimulando a implementação de modelos de negócios capazes de pensar o território no qual estão sediados, contribuindo para o desenvolvimento socioambiental e sociocultural das comunidades locais
- Aprofundar e contribuir para o desenvolvimento do trabalho das associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público municipal no âmbito dos Direitos Humanos, da ação social, da defesa ambiental, da proteção animal e/ou desenvolvimento cultural e desportivo. Não só através de apoios financeiros, mas sobretudo através da chamada pública à participação da população para a definição de políticas e planos de ação locais. **As associações devem ser tratadas como parceiras e não como prestadores de serviços**, substituindo-se às competências municipais na educação, cultura, desporto, apoio social ou outros.

Compete à câmara definir as políticas locais nestas matérias, bem como **divulgar amplamente os seus objectivos, protocolos, parcerias, investimentos anuais em cada associação, instituição ou colectividade, bem como os resultados qualitativos e quantitativos.**

IRS

- Estudar a possibilidade de devolver aos municípios uma **parte variável do IRS**, tal como previsto na lei (máx. 5%). Não só o concelho se torna mais competitivo na captação de novos residentes, como é uma medida mais abrangente para as famílias residentes, não dependendo de terem ou não imóveis, terem ou não descendentes a cargo, como é o caso de muitos idosos e famílias jovens

investimentos municipais

- Diligenciar com o governo central a captação de **mais serviços públicos para o concelho**, sobretudo para os grandes núcleos urbanos do sul, por forma a atrair visitantes de concelhos vizinhos e ajudar assim o comércio e economia locais (Lojas do Cidadão, Julgados de Paz, Tribunais Arbitrais, Gabinetes de Apoio à(s) Vítima(s), entre outros), evitando o que acontece hoje, em que a população recorre a esses serviços noutros municípios
- A implantação de novos equipamentos municipais devem obedecer a uma **lógica de proximidade**, evitando grandes deslocações da população, também como forma de melhorar a mobilidade e o ambiente no concelho (bibliotecas, equipamentos desportivos, entre outros)
- Os investimentos municipais e a captação de fundos comunitários deve orientar-se por uma **estratégia de coesão social**, cultural e económica, e distribuídos equitativamente entre todas as freguesias urbanas ou rurais, do interior ou ribeirinhas

PROTEÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR ANIMAL

A proteção animal assume cada vez maior relevo nas sociedades, em particular na dimensão familiar e nos desafios que, por força da crescente legislação, se colocam atualmente às autarquias. Há uma clara evolução e mudança de paradigma na atuação municipal relativamente aos animais, deixando para trás uma visão marcadamente sanitária, para assumirem hoje um papel de maior destaque e de garante nas áreas do bem-estar e da saúde animal. As políticas públicas municipais devem revestir-se de um fundo ético-humanitário, o qual não pode ser alheio o respeito pela vida animal, em particular dos animais que conosco partilham a sua vivência na urbe.

O PAN na defesa de políticas de não violência sobre pessoas ou animais, é contra a atribuição de quaisquer subvenções públicas, subsídios ou apoios não financeiros a atividades que coloquem em causa o bem-estar animal, e não apenas os chamados animais de companhia.

PROPOSTAS

- Realizar campanhas de esterilização anual, possibilitando a esterilização dos animais de companhia detidos pelos munícipes que comprovem ter dificuldades financeiras e ainda dos animais errantes ou abandonados do concelho, inclusive que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas e de sensibilização da população para os benefícios da esterilização animal, com vista a prevenir o flagelo do abandono e a reprodução descontrolada de animais de companhia. Devem ainda ser dados incentivos à esterilização através da **isenção de pagamento da taxa de registo quando o animal se encontre esterilizado**
- Dar mais respostas à problemática do aumento de colónias de gatos silvestres e assilvestrados, através de mais **programas CER – Capturar, Esterilizar e Recolocar**, fomentando a sua implementação, sempre que necessário em parceria com as associações zoófilas ou dos cuidadores localmente existentes, nomeadamente, através de ações regulares de esterilização destes animais e de sensibilização dos munícipes para os benefícios do controlo da população animal por meio destes programas. Construir e manter abrigos para estas colónias, onde não coloquem em causa a sã convivência entre gatos e pessoas, evitando conflitos com as comunidades
- Criar **parques caninos nas diferentes freguesias**, integrados nos espaços de lazer já existentes ou em zonas verdes, constituídos por um espaço vedado com vários obstáculos, que permitam que os cães possam correr e brincar soltos em segurança, proporcionando o seu exercício e socialização, bem assim como fomentem a convivência entre os detentores de animais de companhia. Os equipamentos devem ainda integrar bebedouros para pessoas e animais e dispensadores de sacos para os dejetos caninos e respetivos coletores. Um **programa de parques caninos municipal** é vantajoso em relação a vários programas isolados, porque permite partilhar recursos, custos, conhecimentos e boas práticas, e promover uma coesão e boa distribuição de equipamentos pelo concelho. Sugestão de projetos-piloto em Alverca e Póvoa de Santa Iria, as maiores zonas urbanas
- Por uma questão ético-humanitária, mas também de **saúde pública e animal**, a autarquia deve promover uma cultura em que no seu território não se proíba a alimentação de animais nas vias e lugares públicos, permitindo a sua alimentação, nomeadamente a dos animais das colónias controladas ao abrigo do programa CER, salvaguardando sempre a salubridade dos locais definidos

para o efeito e que a alimentação é feita através de alimento seco e adequado à espécie

- Assegurar o fim das capturas da população de pombos, promovendo em alternativa a implementação de uma **rede de pombais contraceptivos**, não só pela ineficiência do modelo anteriormente adoptado, mas sobretudo por **razões humanitárias**. A autarquia deve promover uma correta ação de informação e sensibilização da população, que não passe pela estigmatização destes animais, deixando de os referir como “pragas”, nem permitir advertências incorretas quanto a possíveis doenças que não são transmissíveis ao ser humano. Territórios prioritários, mas não exclusivos: Castanheira, Vila Franca de Xira e Alverca.
- Assegurar a proibição da instalação de:
 - circos ou atividades similares **com animais**, através do seu poder regulamentar, assim como não permitir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente financeiro ou cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções a estas atividades
 - quaisquer **recintos temporários ou improvisados, destinados à realização de espetáculos tauromáquicos**, de quaisquer atividades tauromáquicas ou eventos similares, bem assim como não permitir qualquer tipo de apoio institucional, nomeadamente de cariz financeiro ou a cedência de quaisquer outros benefícios ou isenções a estas atividades
- Isentar de taxas municipais os animais adoptados do **Centro de Recolha Oficial** (canil) de VFX
- Realizar mais **campanhas de sensibilização para uma adoção responsável** de animais de companhia, visando combater o flagelo do abandono e dos maus tratos, alertando a população para as responsabilidades inerentes à detenção de uma animal de companhia. Neste sentido a população de crianças e jovens da rede escolar deve ser alvo de campanha de sensibilização própria às faixas etárias
- Continuar **requalificar e ampliar o CRO**, adequando-o às necessidades de recolha e alojamento de animais abandonados, que deambulem na via pública ou que por qualquer motivo e em razão das suas competências tenham de ser alojados no Centro de Recolha de Oficial. Tal medida deve incluir espaços adequados ao alojamento e recuperação de animais de grande porte, como equídeos e demais fauna existente (autóctone ou não autóctone)
- **Aumentar o quadro de pessoal afecto ao Centro de Recolha Oficial** (canil) com competências, aptidão e o conhecimentos técnicos adequados e necessários para aumentar as respostas de salvaguarda, saúde e bem-estar dos animais que se encontram aos seus cuidados ou sobre aqueles que no âmbito das suas competências devam fiscalizar. A autarquia deve aumentar a realização de ações de formação contínua desses colaboradores, nomeadamente, em matéria de legislação, saúde, bem-estar e adequado manejo animal, também como forma de desenvolvimento pessoal e valorização profissional

SUSTENTABILIDADE E PLANEAMENTO AMBIENTAL

O poder local e a população devem assumir para si o papel de **conservar a biodiversidade**, promovendo a conservação de forma a inverter a sua perda. Vários estudos apontam para a necessidade de incrementar as áreas verdes dentro das áreas urbanas, ligando os espaços fragmentados espalhados pelas cidades e vilas através dos denominados “corredores verdes” ou “corredores ecológicos”. Estes corredores trazem benefícios sociais, culturais, sociais: ventilação urbana, arrefecimento do ar, aumento da biodiversidade, dispersão da fauna e flora na paisagem urbana melhoria da qualidade ambiental, áreas de recreio, desporto e passeio, jardinagem e atividades agrícolas comunitárias, redução da vulnerabilidade às ondas de calor e inundações, mitigação da poluição do ar.

Também cabe à autarquia promover uma **gestão racional da energia** e procurar utilizar energias renováveis. São ainda necessárias políticas mais eficazes na recolha de RSU e recicláveis, mudanças no tratamento do espaço público utilizando métodos mais ecológicos e sustentáveis ambientalmente.

Também as **hortas urbanas** são projetos importantes no combate à exclusão de pessoas desempregadas, idosas e com diversidade funcional, contribuindo para a ligação aos ecossistemas, o envolvimento da população, a criação de laços dentro da comunidades e até para aliviar reduzidos orçamentos familiares.

PROPOSTAS

eficiência energética

- Substituir gradualmente a iluminação pública e a semaforização por soluções mais eficientes, de preferência com aproveitamento das energias alternativas, com especial incidência sobre a energia solar
- Implementar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas
- Integrar sistemas solares térmicos nos equipamentos do município onde se utilize muita água quente, nomeadamente escolas, pavilhões desportivos, piscinas, etc
- Promover ações de sensibilização a funcionárias/os da autarquia e à população em geral, com especial relevância nas escolas, focando boas práticas para a redução de consumos energéticos em todos os edifícios públicos
- Dar o exemplo às empresas e privados, promovendo a renovação gradual de veículos da autarquia e de serviços ou empresas que tenham participação da autarquia por veículos elétricos, podendo a autarquia candidatar-se ao programa de apoio, no valor de 10 milhões de euros, para a substituição de veículos que estará disponível através do Fundo Ambiental, sob a égide do Ministério do Ambiente.

áreas verdes e biodiversidade

- Executar corredores ecológicos, devendo o seu planeamento ser considerado em todas as áreas novas do concelho, mas também estudados e executados nas áreas urbanas consolidadas
- Analisar áreas fragmentadas espalhadas pelas cidades / vilas / urbanizações, criando manchas verdes entre edifícios e estradas
- Renaturalizar áreas degradadas e muitas vezes abandonadas
- Escolher cuidadosamente as espécies, evitando introduzir espécies exóticas que possam afectar a biodiversidade local
- Incluir nos planos de arborização do território local espécies de frutos comestíveis, não só porque pode auxiliar na alimentação das camadas mais carentes da população, como também contribui para a preservação da biodiversidade, em zonas adequadas;
- Zelar pelo cumprimento dos regulamentos municipais que estabelecem regras e normas relativas ao planeamento, implantação, gestão, conservação e manutenção de Espécimes Arbóreos e Arbustivos. O objectivo é uma atuação uniforme e lógica por todo o concelho nestas matérias, garantindo a utilização das melhores práticas em questões diversas como por exemplo podas, abate, transplantação e escolha de espécies
- Investir numa aplicação informática interativa que permita visualizar todas as árvores do município com a programação da manutenção e o estado fitossanitário de cada árvore, disponível ao público
- Repensar os procedimentos para abate de árvores: o património arbóreo de cada município único, demora anos a crescer e deve ser respeitado. O abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas deve ser precedido não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma informação aos cidadãos/ãos. Esta comunicação à população deverá ser feita, com trinta dias de antecedência, no site da autarquia, através da afixação de placas informativas no local em cada árvore que será abatida e através da distribuição de folhetos a moradores
- Aumentar o investimento na manutenção e reabilitação de espaços verdes existentes, garantindo que reúnem as condições adequadas para o seu usufruto
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes cedidos têm áreas sustentáveis e com dimensão para serem de facto utilizados e não áreas sobrantes entre edifícios ou molduras dos

mesmos, pois são espaços com custos de manutenção elevados e sem utilidade prática, que nem sequer cumprem as funções básicas de área verde

- Criar um serviço municipal de compostagem, responsável pela implementação de centros de compostagem em diversos locais do município, nomeadamente nas hortas comunitárias, nas escolas, bem como pela fiscalização e garantia do seu correto funcionamento

hortas urbanas

- Aumentar as áreas de hortas urbanas nas cidades e vilas, e criar novas
- Regularizar pequenas hortas e produções individuais já existentes, pois localizam-se onde a população precisa delas
- Atribuir talhões das hortas urbanas a grupos organizados (coletividades, associações, grupos de cidadãs/ãos, ou outras entidades como lares, casas de repouso, escolas, etc.), promovendo o encontro geracional e a valorização da integração
- Incentivar a criação de pequenas unidades de produção, hortas, pomares, jardins, nas áreas permeáveis existentes, através de formação aos munícipes e apoio técnico
- Criar na internet, um portal específico para as pessoas usufruárias das hortas urbanas da cidade, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, promovendo paralelamente encontros entre os usufruários/os de hortas
- Promover campanhas de formação e de sensibilização no sentido das hortas passarem a ser de produção exclusivamente biológica, fornecendo para tal o apoio técnico para a prossecução desta prática agrícola
- Criar bolsas de terrenos agrícolas municipais para facilitar o acesso à terra, e assim estimular o aparecimento de novos produtores locais, para fomentar emprego local, evitar impactos ambientais desnecessários com transportes de alimentos perecíveis (hortícolas e frutos) e contribuir para que uma parte dos rendimentos dos cidadãos não saia do concelho

eliminar a utilização de herbicidas à base de glifosato e outros herbicidas / pesticidas de síntese

- Proibir a utilização do glifosato declarando o território como "Autarquias Sem Glifosato / Herbicidas", aderindo à iniciativa desenvolvida pela Quercus e Plataforma Transgénicos Fora <http://www.quercus.pt/campanhas/campanhas/autarquias-sem-glifosato/3947-mapa-de-autarquias-sem-herbicidas>
- Controlar plantas infestantes em espaço público adoptando meios técnicos de combate manuais, térmicos, mecânicos, biológicos ou culturais e/ou produtos com o menor risco para a saúde humana e animal e o ambiente, como é o caso dos produtos certificados para utilização em agricultura biológica
- Trabalhar em conjunto com as freguesias e/ou entidades terceiras, quer num plano de investimentos de equipamentos, quer formação profissional e técnica, para promover o ponto anterior a curto prazo
- Analisar mensalmente, para detecção de glifosato, a água de consumo do município e as suas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)

resíduos urbanos

- Recolher mais eficazmente, com outro planeamento ou rotas, os vários tipos de resíduos nos ecopontos ou contentores, evitando as atuais situações de insalubridade
- Reforçar a fiscalização aos locais da cidade mais afetados pelos dejetos caninos que habitualmente não são recolhidos pelos responsáveis dos animais
- Intensificar ou iniciar a lavagem do espaço público com recursos a detergentes biodegradáveis
- Realizar campanhas sensibilização sob o tema "Recolha de Dejetos Caninos"

- Promover campanhas para além das escolas, também em empresas e junto dos munícipes para a sensibilização para a reciclagem, mostrando os efeitos nefastos da sua não execução
- Investir na recolha seletiva porta-a-porta, incluindo a dos resíduos orgânicos (40% do total de resíduos no país), uma vez que estudos demonstram a sua maior eficácia
- Instalar pequenas centrais de compostagem, por forma a facilitar a devolução dos nutrientes ao solo e apoiar a agricultura de proximidade (hortas urbanas, produções agrícolas na região ou mesmo os jardins camarários)
- Aumentar os pontos de recolha de óleos alimentares domésticos, lâmpadas, pilhas e outros, sobretudo nas localidades longe das grandes superfícies comerciais que fazem essa recolha, por forma a não desperdiçar recursos e desincentivar a sua colocação nos contentores de RSU
- Elaborar, anunciar, promover e fiscalizar um plano municipal de prevenção de despejos de entulhos de obras, resíduos comerciais e/ou industriais no município de VFX



A TUA VOZ NO MUNICÍPIO AUTÁRQUICAS 2017



PAN

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA